



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Abril de 2017

Educação em Alerta

PEDRO TAQUES ATACA A EDUCAÇÃO

Propostas tentam desviar atenção da sociedade para acabar com a Educação Pública e Gratuita

Quando a escola pública deixa de ser gratuita?

Pág 04

Reformas comprometem a saúde dos educadores/as.

Pág 07

Educadores/as de vigília para garantir data base da categoria.

Pág 08



File-se
www.sintep.org.br



A RODA GIRA



A tentativa de retirar direitos dos trabalhadores revela os interesses por traz do golpe dado na administração pública do país. O objetivo sempre foi um só, acabar com as conquistas coletivas da classe trabalhadora para favorecer o anseio dos grandes empresários. Por isso, as tentativas de implantar um Estado mínimo, desresponsabilizando-se das políticas sociais na educação, na saúde e na segurança pública.

É a hora de darmos um recado claro aos deputados e senadores, pois são eles que votam os Projetos que ameaçam a classe trabalhadora (Reforma da Previdência, Trabalhista, Terceirização). Nós, classe trabalhadora, que acordamos todos os dias para irmos à um local vender nossa força de trabalho, independente de que categoria profissional - serviço público ou iniciativa privada - temos que ter a clareza na luta, e dizermos aos parlamentares, que fomos nós que os colocamos no Congresso e se as reformas passarem, eles não voltam em 2018.

O quadro de retrocesso apresentado na política nacional está refletido em Mato Grosso, com o apoio incondicional às medidas federais, já demonstrado nos projetos do governo Taques. E com o agravante de ter apoio da maioria dos parlamentares da Assembleia Legislativa. A pauta de reivindicação apresentada pelo funcionalismo público cobra, além da defesa das leis de carreira e dos serviços públicos, a integralidade da Revisão Geral Anual, e investigações às denúncias de mensalinho (desvios de verbas públicas) e rombo apresentado na Previdência Estadual – MT PREV.

Não aceitaremos o argumento de que faltam recursos nos cofres públicos para garantir o cumprimento integral da Lei 510/2013, conforme greve em 2016. E agora para maio nossa data base é prioridade. Exigimos o cumprimento da Lei 050/1998, garantia do cumprimento da jornada, assim como a realização de Concurso Público com o número real de vagas. Queremos qualificação sim, e que ela se estenda aos funcionários das escolas via programas federais, como o Profucionário. Não é preciso reinventar a roda. Profissionais da Educação, as mudanças dependem de todos e todas. É preciso a compreensão do que está por trás desses projetos de modernização do país. Se não nos mobilizarmos perderemos direitos, e retrocederemos nas conquistas que exigiram esforços de gerações inteiras. Na luta, sempre!

As medidas federais repercutem no estado e nos executivos municipais. Ela já se enraíza em Mato Grosso com o pacto feito pelo governo Taques ao golpista Temer e, em breve, congelará investimento públicos também nos municípios, incluindo salários. Iniciou a desconstrução dos direitos dos servidores e tem ignorado, levando em banho maria, as reivindicações da categoria que suspenderam a greve em 2016. Todos temos sentido nas escolas as tentativas de arrocho de direitos. Precisamos nos informar, devemos ficar atentos e combater as mudanças que vão contra a nossa vontade, contra tudo aquilo que construímos e como categoria, defendemos.

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT



NOTÓRIO SABER

Ronda na mente curiosa de alguns eleitores o questionamento sobre as contradições do governador Pedro Taques. Na campanha foi o defensor da profissão de professor/a, dando como exemplo a própria mãe, professora aposentada da rede pública de ensino. O que teria levado a implantar na sua gestão tutores em sala de aula ao invés de professores/as?

CEJAS

Um governo voltado para a defesa da Educação teria como meta acabar com o analfabetismo da população. Contudo, em MT, Taques demonstra outros interesses para esse segmento social, já que vem reduzindo a oportunidade de jovens e adultos no acesso ao ler e escrever, a educação ao longo da vida fechando escolas de EJA e os CEJAS.

DOIS COELHOS

A reposição de aulas da greve de 2016, no mês de janeiro, não foi remunerada, e, além disso a Seduc circula um termo nas escolas em que o trabalhador assina que está de acordo com os dias trabalhados e não pagos. É pra acabar!

DESTINO

Qual será o futuro do Governo Pedro Taques? Com menos de dois anos para concluir o mandato, quais serão ainda, os atentados que irá promover contra a educação? Continuará o ex-Procurador da Res-Pública (coisa pública) a se destinar ao desmonte da educação em MT?

Taques aprofunda a marca de **DESTRUIÇÃO** nas Políticas Educacionais do Estado

A administração Pedro Taques joga uma bomba na Educação Estadual e promove o desmonte da escola pública. Pelo terceiro ano consecutivo o processo de atribuição de aulas promove a desconstrução de direitos na Educação, implantando projetos dito 'inovadores'. O governo de "transformação" passa um trator nas conquistas da carreira profissional implementando um projeto privatista de ensino.

Há dois meses de iniciado o calendário letivo nas escolas estaduais, a comunidade escolar vive com uma confusão generalizada, repetindo os mesmos problemas já registrados em anos anteriores na atribuição: um sistema de matrícula travado, sem constituição de turmas e dos quadros de profissionais das escolas, professores atribuídos em três e até quatro escolas, simultaneamente. Com isso, iniciou-se as aulas sem todos os profissionais necessários nas unidades escolares.

Em 2017 se fez presente a maior marca de destruição do Governo Pedro Taques, ao desconsiderar todas as legislações (Leis complementares 049/98, 050/98, 7040/98) para o processo de atribuição de aulas. Colocou os efetivos para atribuir aulas adicionais primeiro do que os interinos, ampliando a jornada do professor (de 30 para 40 horas) e retirando o emprego de milhares de profissionais contratados temporariamente.

"O objetivo é extinguir as vagas de Concurso Público, já que com a ampliação da jornada através das aulas adicionais, diminui as vagas para o concurso e promove o achatamento do piso salarial", destaca o secretário de comunicação do Sintep/MT e secretário de Políticas Educacionais da CNTE, Gilmar Soares.

Uma outra marca apontada na gestão Taques é a ausência de um Projeto Educativo de qualidade para a população. Sem uma proposta significativa, a secretaria de Educação do Estado impõe um regime de destruição das políticas existentes. As atitudes desvalorizam conquista que são um direito social na educação. Como exemplo, está o desmonte das Escolas de Educação de Jovens e Adultos e a inclusão daqueles que por motivos vários ficaram de fora da escola na idade regular.

E tal qual o governo ilegítimo de Michel Temer, Taques implanta na Educação Básica um programa de ensino com foco no favorecimento do mercado, das empresas. Estão aí projetos como o Ensina Brasil, do Novo Ensino Médio, da Arena Pantanal e o Pró-Escolas. "Ou nos mobilizamos, ou nos mobilizamos, não aceitaremos outra opção", conclui ele.

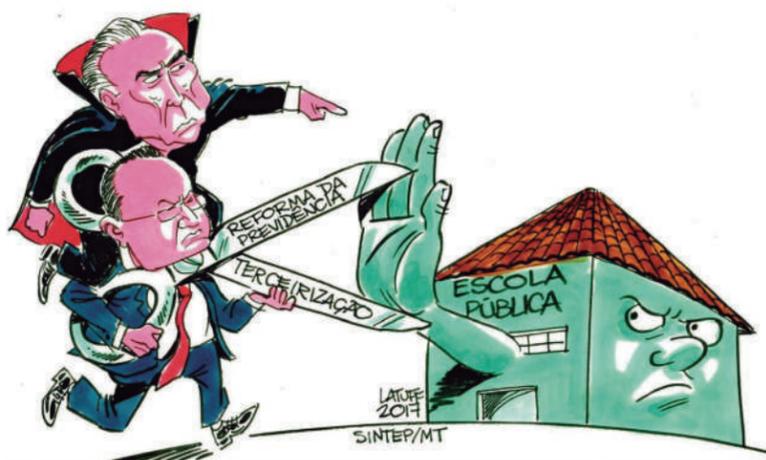


Encontro

Hacia un movimiento pedagógico latinoamericano

Cuiabá - Mato Grosso - Brasil
27 à 29 de Abril de 2017

Educação Pública
Democracia e Resistência



EM DEFESA DA PARA TO

Os ataques as políticas públicas de educação colocam em risco o direito ao ensino público, gratuito, democrático, plural e de qualidade socialmente referenciada para todos e todas, defendido de forma coletiva pelos movimentos educacionais. Diante do retrocesso político e social instalado, o debate sobre a educação pública deverá integrar as conversas entre amigos, as reuniões familiares, extrapolando o epicentro do debate, que são as unidades escolares.

O desmonte de direitos impactará a todos/as brasileiros/as. Na educação é fundamental que os profissionais e estudantes compreendam qual a concepção defendida pelos educadores sobre políticas de Educação Pública e o que apresentam os governos.

Não ao CONGELAMENTO de investimentos públicos

Não existe educação pública sem investimento público. A Emenda Constitucional 95 (ex PEC 241 na Câmara, e ex-PEC 55, no Senado) deve ser rechaçada, por Anular a meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina ampliação dos investimentos públicos em educação dos atuais 5% para 10% do PIB (Produto Interno Bruto).



Não à Terceirização

A lei privatiza a educação, acaba com os Concursos Públicos, que asseguram à Lei de Carreira (direito a Piso Salarial Profissional, Jornada de Trabalho, Hora- Atividade), desmonta o Projeto Político Pedagógico coletivo, acaba com a Lei de Gestão Democrática. Por meio da terceirização o governo precariza os salários, acaba com a carreira de professor/a, transformando a todos e todas em máquinas de reproduzir conhecimentos necessários para o treinamento dos/das estudantes, que passa a ser apenas mão obra barata.

Não às ações do governo Taques

que se espelha no governo servidores o histórico d

Não às ações do governo Taques

A prática já está sendo implantada quando o governo deixa de realizar Concurso Público e amplia o número de contratos precários. Ou quando terceiriza o programa de ensino para empresas privadas, como é o caso do Projeto Ensina Brasil.

Não à da P

Os professores perderão o direito a aposentadoria permanência em sala de aula por mais (homens). Unifica realidades divergentes aposentadoria apenas aos 65 anos de pagamento do benefício integral só se dará a

Não a Militarização das escolas

Escolas militares impedem que os estudantes tenham assegurado um processo formativo de ideais e de concepções pedagógicas, plurais; nega o direito constitucional de acesso a todos e todas na educação pública. Com a militarização o governo se desresponsabiliza da educação pública, ao mesmo tempo valoriza a educação militar como melhor formação, a partir de uma concepção questionável de educação. E mais, se esquece de informar que as instituições militares tem assegurado mais recursos público do que as demais. O que significa repassar recurso financeiro de todos para beneficiar alguns, pois ao aplicar o processo de seleção define que apenas "os melhores preparados" e os filhos de militares, terão acesso.



Não às ações do governo Taques

Governo amplia essa política a escolas públicas para a militari

A EDUCAÇÃO PÚBLICA DADOS E TODAS



Não às ações do governo Taques

O governo Taques apresenta um projeto de Lei que cortará investimentos sociais e direitos trabalhistas (é a lei do congelamento, no estado). Contraditoriamente assegura isenção e incentivos fiscais aos grandes empresários e latifundiários do agronegócio, no mesmo valor do orçamento da educação estadual (2,3 bi).

deve
cação

ações do o Taques

verno federal, com agravante de deixar obscuro para os
o dos recursos do MT PREV

à Reforma Previdência

tidade especial, determinando a
ais 15 anos (mulheres) e 10 anos
entes e insere a todos no direito à
s de idade. Em ambos os casos, o
rá após 49 anos de contribuição.

ões do taques

a ao entregar mais
tarização



Não às ações do governo Taques

O governo ataca a Lei da Gestão Democrática (7040/98) ao decidir, arbitrariamente, prorrogar o mandato dos diretores das escolas, sem consulta a comunidade escolar ou realização de Conferências para definir a alteração da Lei.

Não à Lei da Mordaça

O projeto denominado Escola Sem Partido, compromete a Gestão Democrática, e retira a liberdade dos profissionais debaterem a realidade sociocultural, política e econômica, negando o debate sobre racismo, discriminação sexual e de gênero.



Não à Reforma do Ensino Médio

Defendemos o conhecimento plural e integral para desenvolvimento da criticidade dos/as estudantes, na tentativa de garantir a cidadania. A Base Nacional Curricular Comum, do governo Temer, reduz a responsabilidade do Estado à 42% do conteúdo necessário ao conhecimento dos/as estudantes. Os demais 58% do currículo serão explorados pela iniciativa privada. A Reforma desmonta, ainda, a carreira de professor/a, permitindo que bacharéis, de qualquer área profissional, possam dar aula, contrariando o artigo nº61 da LDB. Isso que significa notório saber.

Não às ações do governo Taques

Replica os atos do Governo Federal para o Ensino Médio



DIREITOS HUMANOS RETROAGEM COM REFORMAS FEDERAIS

O próximo dia 17 de maio marca o Dia Nacional e Internacional contra a LGBTfobia. A data foi definida após a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirar a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), em 1990. O avanço ao direito da expressão saudável da sexualidade humana retroagem um século, em 2017, com as Reformas anunciadas e já em vigor, no governo ilegítimo de Michel Temer.

O coletivo LGBT do Sintep/MT faz o alerta para os malefícios que o pacote de maldade de Temer traz para as pessoas LGBT. Entre os pontos destacados estão os prejuízos à conquista da inserção no mercado de trabalho. “O Congelamento dos Gastos (E.C/95) inviabilizará os concursos públicos, e com a Lei da Terceirização o público LGBT ficará de fora do mercado”, diz a secretária de Cultura do Sintep/MT e membro do coletivo LGBT, Leliane Borges.

Conforme Leliane, o concurso assegura o ingresso profissional pela avaliação de conhecimentos e qualificação profissional, enquanto uma entrevista de emprego julga pela aparência do indivíduo. O que, num país preconceituoso, restringe a chance daqueles que estão na lista de marginalizados, ou seja, negros, mulheres, e o público LGBT.

Somado a esses impactos estão os prejuízos advindos com a Lei da Mordaza, reforçada pela retirada dos termos como sexualidade e gênero da Base Curricular Nacional Comum. Em ambas as situações as discussões foram vetadas. Para o Sintep/MT, debater esses conceitos e temas é promover os direitos humanos e valorização das diversidades, num país marcado pelo preconceito. “Reconhecemos as desigualdades é um passo para superar o preconceito”, conclui.

SINTEP/MT LEVA JORNADA DE DEBATES PARA AS 15 REGIONAIS

As 15 regionais do Sintep/MT no estado receberão ao longo do primeiro semestre a Jornada de Debates sobre Reformas da Previdência, Trabalhista, Ensino Médio e Terceirização. O objetivo é promover a compreensão junto aos profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar, do cenário político nacional, e os impactos em Mato Grosso.

A partir de debates sobre a conjuntura política atual do país, os dirigentes sindicais apresentam os impactos para a classe trabalhadora nas políticas públicas registradas entre 2016 e o momento atual. O foco recai sobre a redução das obrigações do Estado com o financiamento em políticas públicas sociais (educação, saúde, segurança pública), após a lei de congelamento dos investimentos por 20 anos. Esclarece que a Reforma da Previdência envolve todas as categorias do setor público e privado. E ainda, aborda a Reforma Trabalhista e a Terceirização, que alteram a legislação trabalhista e previdenciária e conduzem o país a precariedade dos serviços.



O debate tem fomentado interesses vários, a exemplo dos estudantes que marcam presença e se surpreendem quando conhecem as mudanças trazidas com a Reforma do Ensino Médio. “As discussões esclarecem sobre a expectativa apresentada na propaganda oficial e o que de fato terão no programa”, diz o secretário de articulação sindical do Sintep/MT, Júlio Viana, um dos debatedores da Jornada.

REALIDADE COTIDIANA DOS/AS PROFESSORES/AS EXIGE APOSENTADORIA ESPECIAL

Dados divulgados em 2015, a partir de pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), apontou que um terço dos profissionais da educação da rede pública de ensino estavam afastados por licença para tratamento de saúde ou em readaptação de função nas unidades públicas de ensino no estado. O fato constatou o alto grau de estresse da rotina dos educadores/as.

Não obstante, o atual governo do presidente ilegítimo Temer apresenta uma reforma que obriga os/as professores/as a permanecerem em sala de aula até os 65 anos de idade, como é a proposta da Reforma da Previdência. E mais, se quiserem receber o valor do benefício da aposentadoria, integral, deverão contribuir durante 49 anos, o que corresponderá permanecer na ativa até quase os 70 anos, já que em geral ingressam na carreira aos 20 anos.

“A realidade é que a vida do profissional da educação é muito estressante, exige esforço. Devido a isso se propôs o tempo diferenciado para a aposentadoria, como é caso também dos policiais”, argumenta a secretária adjunta de políticas educacionais do Sintep/MT, Maria Luiza Zanirato. Conforme esclarece, foram feitas pesquisas para se chegar a esse diagnóstico, de que havia necessidade de terem o tempo, em anos de serviço, reduzido. Por isso, os/as professores/as se aposentam aos 50 e 55 anos (mulheres/homens).

“Se é fato que a sociedade está vivendo mais tempo, no caso da educação, estão vivendo sem qualidade, pois é cada vez mais degradante o trabalho do profissional da educação”, assegura Maria Luíza.

Segundo Zanirato, os educadores convivem com a precarização dos salários e dos contratos. Salários ainda mais baixos que a maioria das categorias, sem direito as horas atividades (trabalho extra classe), dupla jornada para complementar renda, apresentam problemas com a voz e, devido à pressão psicológica, os registros de patologias psicológicas e físicas, antes dos 50 anos, têm aumentado.

“O conhecimento da realidade profissional exige que digamos não às Reformas da Previdência, Trabalhista e a Terceirização, que acabam com o direito ao concurso público para assegurar a carreira e aposentadoria especial e com dignidade”, afirma.



Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais





EDUCADORES/AS ESTÃO EM ALERTA

O mês de maio é o mês da data base dos trabalhadores e trabalhadoras da educação estadual. É o período de correção dos salários corroídos pela inflação do ano anterior, que em 2106 foi de 6,54%, e quando o governo deve aplicar as leis de valorização do piso salarial da categoria, na integralidade, ou seja, o reajuste de 7,69%,

conforme estipulado no percentual fixo da Lei 510/2013 somado a inflação do período.

“É preciso que os profissionais da Educação fiquem atentos ao cumprimento do governo com a palavra dada”, destaca o secretário de comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares Ferreira.

Soares alerta que greve de 2016 exigiu do governo legalista, em 67 dias de luta, o cumprimento da Lei 510/2013. A suspensão do movimento paredista se deu mediante ao comprometimento do governo às exigências da categoria. Acordo feito sob o aval do Ministério Público e Tribunal de Justiça de Mato Grosso. No entanto, quase um ano depois, nenhum dos três pontos acordados foram totalmente cumpridos.

O projeto das Parceiras Público Privada foi adiado, mas ações de transferência de responsabilidade foram postas em práticas, neste um ano, na tentativa de implantar a terceirização na educação pública (parceria Ensina Brasil e contratação de profissionais sem licenciatura). O Concurso Público, com edital previsto para 2016, até hoje não foi publicado. E, quanto a integralidade da Lei 510/2013, o governo tem até o final do mês para projetar a complementação do INPC de 2015, no salário dos educadores e garantir a integralidade da recomposição salarial. Direitos a Gente quer por Inteiro!

O FIM DO FUNDEB E A AMEAÇA SOBRE OS AVANÇOS PARA A CARREIRA NAS REDES MUNICIPAIS

O cenário de retrocesso nas políticas nacionais impactará nas conquistas dos profissionais da educação nos próximos anos, com destaque para as redes municipais. A partir de 2018, a Educação está sob a ameaça com a divergência sobre a permanência do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Uma política de financiamento criada a partir do Fundeb (apenas para o ensino fundamental) que ampliada assegurou investimentos também para o Ensino Médio e educação infantil, na medida em que aumentou em dez vezes o volume anual dos recursos federais.

O fim do financiamento, previsto até 2018, colocará os municípios em situação ainda pior do que vivem hoje, e nacionalmente tornará a educação ainda mais crítica do que foi nos anos 2000, antes dele existir. “Não acredito em ampliação de conquistas, nesse cenário de retrocessos, vejo que as lutas não serão para a ampliação de direitos, mas para a manutenção naqueles municípios que já avançaram na Lei de Carreira e piso salarial”, esclarece o secretário de articulação sindical, professor Júlio Viana.

Os profissionais da educação das redes municipais serão os que primeiro sentirão os impactos do retrocesso das políticas públicas e desmonte da carreira. Atualmente os municípios são as maiores vítimas da política equivocada de redistribuição de matrículas no Estado. Na divisão do bolo financeiro da educação ficam com o menor percentual de recursos (30%). No entanto, atuam com o dobro da capacidade de matrículas no ensino fundamental (60%) e são responsáveis pela educação infantil. “Quando a educação municipal precisa cortar custos, enxuga os salários dos profissionais”, esclarece Viana.

A solução que se apresenta nesse cenário de retrocessos é a privatização. Conhecida pelos funcionários de escola – agora, com a Lei da Terceirização atingirá também os/as professores/as. Para o professor Viana, significará o fim da Lei de Carreira, entrará em vigor o pagamento de salários na perspectiva do empresário, ou seja, sem alterar o lucro da empresa, fim dos direitos trabalhista (13º, férias, entre outros). “A perspectiva ‘moderna’ é que a escola privada é melhor. Um conceito que até mesmo nos países que adotaram a privatização, como a Rússia, já voltaram atrás. É só avaliarmos o que aconteceu com a saúde em Mato Grosso, com as OS’s (Organizações Sociais)”, conclui.